PROJETO DE LEI Nº, DE 2022 (Do Sr. Pompeo de Mattos)

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para regulamentar os procedimentos a serem cobertos pelos planos e seguros de saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para regulamentar os procedimentos a serem cobertos pelas operadoras.

Art. 2º A Lei nº 9.656, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Απ. 10-D
§ 5º O Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar
tem caráter exemplificativo e mínimo, devendo a obrigatoriedade
da cobertura se estender, conforme recomendação médica,
odontológica ou dos demais profissionais da saúde, nos termos de

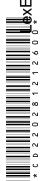
Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

suas competências profissionais legais.

JUSTIFICATIVA

No dia 8 de junho do corrente ano, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu restringir os procedimentos oferecidos pelas operadoras de planos de saúde no País. Seis dos nove ministros integrantes do colegiado votaram a favor da fixação do rol taxativos, que desobriga as





empresas a cobrir pedidos médicos de pacientes que não estejam previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar, elaborado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Embora não seja vinculativa, ou seja, não obrigue os demais tribunais a seguirem o mesmo entendimento, a decisão do STJ servirá como referência para instâncias inferiores ao lidar com casos semelhantes.

Consumidores e grupos de pais e mães de crianças com deficiência apontam que o rol da ANS é insuficiente e temem pela interrupção de tratamento de pacientes com câncer e crianças com autismo, por exemplo. Além disso, segurados com novas doenças podem simplesmente ter o atendimento negado porque não está na lista.

Nesse contexto, apresento a presente proposição com o intuito de alterar a Lei nº 9656/1998, que trata dos Planos de Saúde, para dispor sobre o caráter exemplificativo e mínimo do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar, elaborado pela ANS. De acordo com a proposta, o segurado terá garantida a cobertura do que necessitar, conforme orientação médica, odontológica ou dos demais profissionais da saúde.

Diante do exposto, e considerando a importância da alteração proposta, solicito apoio dos nobres pares para a aprovação do Projeto de Lei.

> Sala das Sessões, de junho de 2022.

> > Atenciosamente

POMPEO DE MATTOS Deputado Federal

PDT/RS



